



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Sustentável**

**SUPRAM ALTO SÃO FRANCISCO - Diretoria Regional de  
Regularização Ambiental**

**Parecer nº 154/SEMAD/SUPRAM ASF-DRRA/2021**

**PROCESSO Nº 1370.01.0046070/2021-17**

**Parecer Único de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) nº 3427/2021**

**Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: 34931811**

**PROCESSO SLA Nº: 3427/2021**

**SITUAÇÃO:** Sugestão pelo Deferimento

**EMPREENDEDOR:** Dr.  
Car Transportes Ltda.

**CNPJ:** 12.126.993/0002-02

**EMPREENDIMENTO:** Dr.  
Car Transportes Ltda.

**CNPJ:** 12.126.993/0002-02

**MUNICÍPIO:** Arcos

**ZONA:** Rural

**CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:** Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio.

<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):</b>	<b>CLASSE</b>	<b>CRITÉRIO LOCACIONAL</b>
A-03-07-0	Lavra a céu aberto - minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento.	3	1

**RESPONSÁVEL TÉCNICO:**

**REGISTRO:**

Miller Fernandes de Assis – Eng. Ambiental

ART: MG-202100322 23

AUTORIA DO PARECER	MATRÍCULA
Elizabeth Barretto de Menezes Lopes	1148717-0
<b>De acordo:</b>  Viviane Nogueira Conrado Quites  Diretora Regional de Regularização Ambiental	1.287.842-7



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Nogueira Conrado Quites, Diretor(a)**, em 09/09/2021, às 08:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elizabeth Barreto de Menezes Lopes, Servidor(a) Público(a)**, em 09/09/2021, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **34922825** e o código CRC **86395673**.

## **Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) nº 3183/2021**

O empreendimento Dr Car Ltda. atua no ramo extração de argila para produção de cerâmica e exerce suas atividades no município de Arcos - MG. Em 09/07/2021 foi formalizado, no Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

Conforme consta no SIAM (Sistema Integrado de Informações Ambientais), o empreendimento possuiu uma Licença Ambiental Simplificada, referente ao processo n. 06401/2013/004/2020, e possui outra licença correspondente ao processo SLA n.974/2021, ambos para a atividade Lavra a céu aberto – minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento. O processo SLA n. 974/2021 substituiu o processo do SIAM, pois aumentou a ADA de 3,74 ha para uma ADA de 8,18 ha.

Já o processo 3183/2021, objeto da presente análise, solicita aumento da capacidade produtiva de 50.000 t/ano para 480.000 t/ano, sem aumento na ADA.

Sugerimos o arquivamento dos processos números 06401/2013/004/2020 (SIAM) e 974/2021 (SLA), considerando que foram totalmente englobados pelo processo em pauta. A análise de cumprimentos de condicionantes do PA n. 06401/2013/004/2020 já foi realizada. E no Processo SEI n.1370010044068/2021-15, sob documento 34600871, foi realizada a análise de condicionantes do processo 974/2021. Importante mencionar que as condicionantes do processo 974/2021 que ainda não foram cumpridas por estarem no prazo, e/ou que são cumpridas a cada período serão transcritas para o processo em pauta, conforme Anexo I e II do parecer.

A atividade -03-07-0 - Lavra a céu aberto – minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento é o objeto deste licenciamento e é classificada como Classe 3.

O empreendimento encontra-se em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio. Foi apresentado, desta forma, LAUDO TÉCNICO ESPELEOLÓGICO. Na conclusão deste estudo consta que:

“Após os trabalhos de escritório conclui-se que a região não apresenta um alto potencial para a presença de cavidades, se analisada na escala pormenorizada de 1:8.000. Partindo dessa premissa, uma etapa de campo foi planejada de modo a caminhar toda a área do empreendimento com foco nos domínios de maior probabilidade de ocorrência de cavidades ou feições de interesse, tais como drenagens, fundos de vale, quebras de relevo e locais de ocorrência de possíveis afloramentos de rocha, a fim de certificar da ausência das mesmas, com diagnóstico já percebido pelos dados secundários e análise cartográfica. Após o caminhar espeleológico, ficou evidente que a região não apresenta características geológicas e geomorfológicas que propiciem a formação de cavernas. Esta característica pode ser evidenciada pela espessa camada de solo argiloso encontrado, e também pela falta de afloramentos de rochas, conforme apresentado no corpo do estudo e nos registros fotográficos.

Por estes motivos, conclui-se que o resultado deste trabalho é **negativo para presença de cavidades e/ou feições espeleológicas de relevância**, na área do empreendimento e seu entorno de 250 metros, podendo o empreendimento obter sua licença de instalação e operação sem prejuízo do patrimônio espeleológico ou natural.”

De acordo com o Relatório Ambiental Simplificado, o empreendimento possui 02 funcionários no Setor de Produção e 01 funcionário no Setor Administrativo, sendo o total de 03 funcionários.

Opera 12 meses por ano, 08 horas por dia, e 06 dias por semana. O método de lavra é a céu aberto, em tiras.

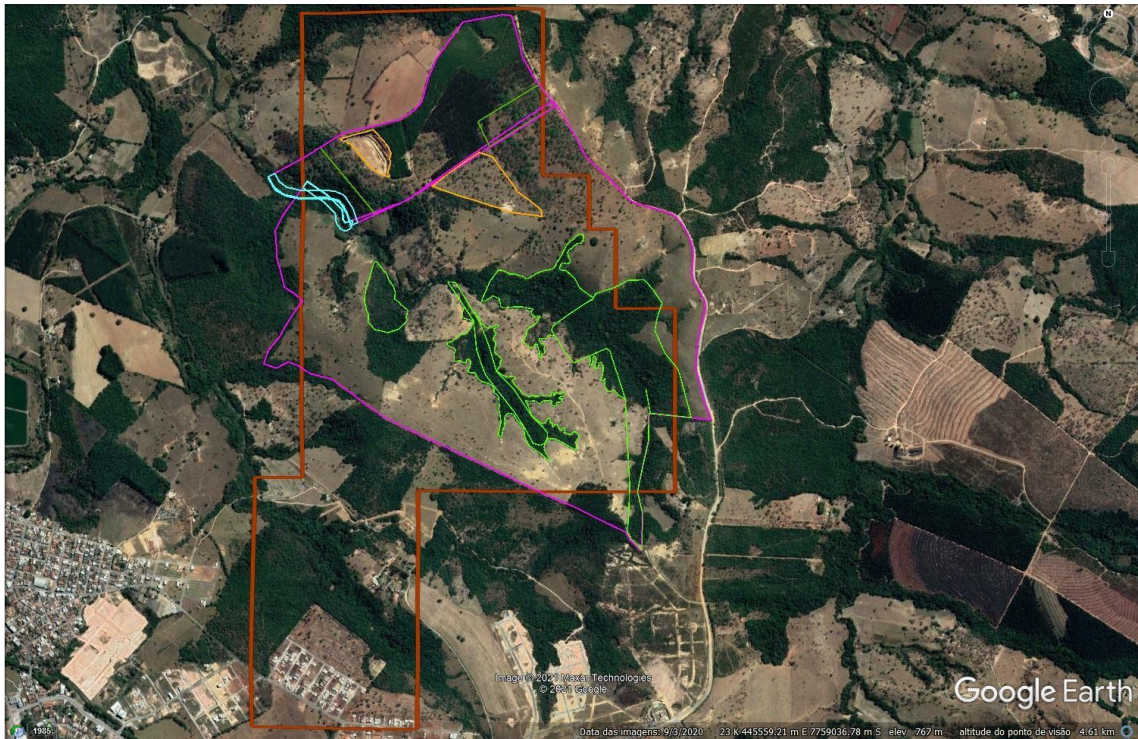
A água é oriunda de uma certidão de uso insignificante, n. 101686/2019, com validade até 16/01/2022 correspondente ao volume de 10 m<sup>3</sup>/dia, captada através de poço manual (cisterna), para fins de aspersão de vias e consumo humano. O balanço hídrico foi apresentado e encontra-se de acordo.

O empreendimento é o titular/requerente da poligonal ANM 835.004/2011, com requerimento de lavra, conforme informado no RAS e constatado no Cadastro Mineiro.

Possui a anuência dos proprietários para operar o empreendimento.

Foi anexado ao processo a Declaração de Conformidade emitida pela Prefeitura Municipal de Arcos/MG, pela qual atesta a conformidade do local e instalação do empreendimento com as leis e regulamentos administrativos do Município, conforme art. 10, §1º, da Resolução Conama n. 237/1997.

A Fazenda Cachoeirinha, registrada na matrícula n. 2.891, do Livro 02, fl. 01, da Comarca de Arcos/MG, com área registrada de 36,73,31 ha, possui 08,00,00 ha de reserva legal averbada, conforme Av. 6-2891. Foi apresentado o Recibo de Inscrição no CAR, sob o n. MG-3104205-A529.D68A.B8E5.4439.9790.FC40.9E22.D4F8, com a demarcação das áreas de reserva legal, conforme o Termo de Responsabilidade de Preservação de Florestas do IEF e mapa de averbação à época, também anexos aos autos. Já a Fazenda Cachoeirinha e Carreias, registrado na matrícula n. 30.383, do livro 02, fl.01, da Comarca de Arcos/MG, com área registrada de 185,6116 ha, com 23,94 ha de reserva legal averbada, conforme AV. 2-30383. Por não contemplar o mínimo de 20% exigido por lei, foi apresentado no CAR, na ocasião da análise do processo 974/2021, a proposta de demarcação de uma área de acréscimo correspondente a 13,6162 ha, totalizando uma área de Reserva Legal de 35,7119 ha. Foi apresentado o Recibo de Inscrição no CAR, sob o n. MG-3104205-32B4.F8D4.351B.48AF.BADD.0200.1AFC.3ED3, com a demarcação das áreas de reserva legal conforme o Termo de Responsabilidade de Preservação de Floresta do IEF e mapa de averbação à época, também anexos aos autos.



**Figura 1:** Área do empreendimento; em lilás área dos imóveis. Em vermelho, ANM n. 835.004/2011. Em verde, áreas de RL. Em azul, área de PP. Em amarelo ADA total do empreendimento. Fonte: documentos apresentados no RAS.

O Relatório Ambiental Simplificado encontra-se devidamente acompanhado da ART e CTF/AIDA (Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, do responsável técnico pelas informações prestadas no documento, Miller Fernandes de Assis, devidamente válido.

O empreendimento detém o certificado de regularidade, sob n. 7238429, no CTF/APP – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais. Importante mencionar que é de responsabilidade do empreendedor manter o documento atualizado, sob pena das sanções previstas em lei.

Cabe informar que foi anexado ao processo a Declaração de Conformidade emitida pela Prefeitura Municipal de Arcos/MG, no dia 21/12/2020, pela qual atesta a conformidade do local e instalação do empreendimento com as leis e regulamentos administrativos do Município, conforme art. 10, §1º, da Resolução Conama n. 237/1997.

Os sistemas de drenagem das áreas de apoio e das áreas de lavra foram implantados na ocasião do início da lavra. O destino das águas é uma bacia de decantação.

O armazenamento do minério é em forma de pilhas.

As operações de abastecimento, manutenção e troca de óleo serão de responsabilidade de empresas terceirizadas, em local determinado no empreendimento, com piso impermeável, canaleta e caixa SAO, conforme condicionante do processo 974/2021.

Como principais impactos ambientais inerentes às atividades, tem-se a geração de efluentes líquidos, emissões atmosféricas, resíduos sólidos, bem como emissão de ruídos.

No empreendimento são gerados apenas efluentes líquidos sanitários. Para receber os efluentes líquidos sanitários já se encontra implantado um sistema fossa séptica e sumidouro, nas coordenadas 20°15'32" S/45°31'36,31" O.

As operações de abastecimento, manutenção e troca de óleo serão de responsabilidade de empresas terceirizadas, em local determinado no empreendimento, com piso impermeável, canaleta e caixa SAO, conforme condicionante do processo 974/2021.

Não há geração de rejeitos.

Em relação a efluentes oleosos e/ou a óleo usado coletado, foi informado que, conforme condicionantes do processo 974/2021 será instalado local para manutenção, troca de óleo e abastecimento, interligado a Caixa SAO, sendo destinado, quando houver, às empresas de re-refino.

As emissões atmosféricas estão relacionadas com a emissão de gases e particulados provenientes do tráfego de veículos na mina. Foi descrito no RAS, como forma de controle, aspersão das vias, manutenção e controle da velocidade dos equipamentos e veículos.

Já a emissão dos ruídos é oriunda dos equipamentos e veículos utilizados na lavra, carregamento e transporte do minério, e como medida de controle é realizado a manutenção preventiva das máquinas e equipamentos.

Os resíduos sólidos que serão gerados no empreendimento foram classificados de acordo com a ABNT NBR 10.004, sendo eles de Classe II-A (papel/papelão, plástico, lixo orgânico/úmido), que serão armazenados temporariamente em bombonas e depois recolhidos por funcionário que os destinará a um ponto de coleta realizada pela Prefeitura Municipal de Arcos.

Diante do exposto, sugere-se o deferimento da atividade de Lavra a céu aberto – minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento para o empreendimento em pauta.

Salienta-se que a Licença Ambiental Simplificada referente ao processo SLA n. 974/2021 para a atividade principal de lavra a céu aberto - minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento (produção bruta: 50.000 t/ano), sob o

código A-02-07-0, com vencimento em 20/06/2030, **torna-se sem efeito após a publicação desse parecer.**

No mais, a ampliação em tela é válida pelo prazo remanescente da Licença Ambiental Simplificada do processo SLA n. 974/2021, conforme preconiza o Art. 35, § 8º do Decreto 47.383, de 02 de março de 2018, contemplando ainda a redução de dois anos, considerando a existência de infração administrativa (Auto de Infração n. 134296/2018 do IEF), a qual é definitiva e de natureza grave ou gravíssima, cometida pelo empreendimento, conforme disposto no §4 do artigo 32 do Decreto 47.383/2018, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

**ANEXO I**  
**Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do**  
**empreendimento DR CAR TRANSPORTES LTDA.**

<b>Item</b>	<b>Descrição da Condicionante</b>	<b>Prazo*</b>
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Promover o cercamento das áreas de Reserva Legal e apresentar relatório descritivo e fotográfico do cercamento das áreas que ainda não foram cercadas.  Obs. As fotos contidas no relatório deverão ser georreferenciadas, bem como o relatório deve ser elaborado profissional habilitado com apresentação de ART.	60 (cento e vinte) dias
03	Realizar a aspersão das vias, manutenção e controle da velocidade dos veículos para diminuir a emissão de gases e particulados.	Durante a vigência da licença.

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

**IMPORTANTE**

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-ASF, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



**ANEXO II**  
**Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do**  
**Empreendimento DR CAR TRANSPORTES LTDA.**

**1. Efluentes Líquidos:**

<b>Local de amostragem</b>	<b>Parâmetro</b>	<b>Frequência de Análise</b>
Caixa SAO	Óleos e graxas, substâncias tensoativas.	Semestral.

**Relatórios:** Enviar anualmente a Supram - ASF os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 216/2017 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

Os resultados apresentados nos laudos deverão ser expressos nas mesmas unidades dos padrões de emissão previstos na COPAM/CERH nº 01 de 05 de maio de 2008.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.*

*Os laudos técnicos/calibrações deverão ser de entidades acreditadas pelo INMETRO ou reconhecidas/homologadas, para os ensaios e calibrações realizadas, junto à Rede Metrológica de âmbito estadual que dispõe de um sistema de reconhecimento da competência de laboratórios, conforme Deliberação Normativa COPAM Nº 167/2011.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição.

**2. Resíduos Sólidos**

**a. Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG**

Enviar, anualmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR semestral, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

**b. Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG**

Enviar, anualmente, relatório semestral de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

**Prazo:** seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

(\*)1- Reutilização

6 - Co-processamento

2 – Reciclagem

7 - Aplicação no solo

3 - Aterro sanitário

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

4 - Aterro industrial

9 - Outras (especificar)

5 - Incineração

O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTRMG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.

O relatório de resíduos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações. As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.